

**As fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina anunciadas no jornal  
*O Argos* (Desterro 1856-1860)**

Mariana Ouriques  
[maryfpolis@hotmail.com](mailto:maryfpolis@hotmail.com)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: este artigo busca expor as relações sociais dos escravos na Ilha de Santa Catarina entre os anos de 1856 e 1860. Como fontes nos utilizamos os anúncios de fugas publicados no Jornal *O Argos* durante este período. O receio que estes homens e mulheres tinham em fugir expondo-se a diversos riscos, as rotas de fuga, os castigos e a vigilância da sociedade, embora não explícitas nos anúncios, são fatores de suma importância no que concerne o cotidiano escravo.

Palavras-chave: Escravidão; Jornal *O Argos*; Cotidiano; Resistência

Abstract: this article seeks to expose the social relations of the slaves on the island of Santa Catarina between the years 1856 and 1860. Used as sources the ads of the escapes published in The Journal *Argos* during this period. The fear that these men and women had in running away exposing themselves to various hazards, escape routes, punishment and the vigilance from society, though not explicit in advertisements, are factors of great importance about the slave quotidian.

Keywords: Slavery; Journal *O Argos*; Quotidian; Resistance

*The escapes of slaves on the island of Santa Catarina announced in the newspaper  
O Argos (Desterro 1856-1860)*

Senhor Deus dos desgraçados!  
Dizei-me vós, Senhor Deus!  
Se é loucura... se é verdade  
Tanto horror perante os céus?!  
Castro Alves

Seis anos após a extinção do tráfico de escravos para o Brasil, através da Lei Eusébio de Queiroz, o jornal *O Argos* publicava na cidade de Desterro o anúncio da fuga do escravo Luiz, marinheiro, de propriedade do senhor José Maria do Valle que oferecia 20:000 reis de gratificação para quem o capturasse<sup>1</sup>.

A preferência por uma fonte da imprensa para este artigo é uma tentativa de compreender como este reduto escravagista se caracterizou dentro da sociedade desterrense, que em sua maioria não tinha acesso às fontes documentais usualmente

---

<sup>1</sup> Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, *O Argos*, n. 98, 12/12/1856.



utilizadas em pesquisas referentes ao tema, como inquéritos policiais e processos de inventários, por exemplo. O uso destas fontes não deve ser visto como um resultado absoluto. Trata-se muito mais de uma amostragem para compreender sobre quem eram estes sujeitos através de anúncios que tinham como único intuito identificá-los, tornando-os reconhecíveis, facilitando, portanto, sua captura. Segundo Joana Pedro, “é preciso submeter estas fontes a um duplo tratamento: de um lado, recuperar tudo aquilo que elas expressam formalmente, por si mesmas, e de outro lado procurando interpretar o que elas trazem de subjacente, o que elas sugerem sem dizer claramente”.<sup>2</sup>

E nesta amostragem, um estudo que foca a *fuga* como um fragmento da vida dos cativos em Desterro, e que visa resgatar as esperanças de agentes sociais e históricos, como sujeitos que valorizavam seus laços sociais e de parentesco. Aquilo que Robert Slenes<sup>3</sup> chama de *flor* da senzala.

Segundo Joana Maria Pedro, de propriedade do senhor José Joaquim Lopes, o jornal *O Argos* substituiu, o periódico de título que denuncia claramente suas tendências: *O Conservador*, em 1855. Jornal publicado seis vezes durante a semana, exceto os domingos, com editais e notícias provenientes, especialmente, da então capital do país Rio de Janeiro. Esta década é, segundo a mesma autora, um marco na história de Santa Catarina e, particularmente, em Desterro.<sup>4</sup>

Desterro, durante o século XIX, ainda apresentava uma atividade econômica tímida, como afirma Henrique Espada Lima: “onde as ocupações industriais eram inexistentes ou muito limitadas e onde a produção agrícola funcionava como uma mão-de-obra pequena e estável”<sup>5</sup>. Paulino Cardoso mostra como a região portuária passou por melhorias em função do aumento no comércio da ilha, que no final do século XIX atingiu, entre as décadas de 1870 e 1880, uma maior expressão devido à exportação de farinha de mandioca e cachaça.<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 10.

<sup>3</sup> SLENES, Robert W. *Malungu, ngnoma vem! África coberta e descoberta do Brasil*. Revista USP, n. 12, dez/jan/fev 1991-1992.

<sup>4</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.

<sup>5</sup> LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados de trabalho no século XIX*. Topoi, v. 6, n. 11, jul-dez. 2005, p. 308.

<sup>6</sup> CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Florianópolis: experiências de população de origem africana em Florianópolis, 1860-1888*. (Tese de Doutorado) PUC/São Paulo, 2004, p. 62-63.



Com uma atividade econômica mais reduzida, como afirmou Lima ou ainda em um período pouco posterior a esta pesquisa, onde Desterro já tinha a exportação de farinha de mandioca como a maior fonte de arrecadação da província como se pode ver com Paulino Cardoso, o essencial aqui é que se percebe a presença da mão-de-obra africana na Ilha de Santa Catarina, nacionalmente conhecida por sua colonização açoriana. Os africanos também fizeram parte do desenvolvimento econômico da cidade desde o século XVIII, tanto no trabalho agrícola como em outros setores econômicos.

Santa Catarina começou a receber africanos na segunda metade do século XVIII. O historiador Walter Piazza mostra que no ano de 1856, ano de partida desta pesquisa, a população de escravos era de 18.187 representando 16% da população total.<sup>7</sup> Já em Desterro, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso levantou o número de 3.978 escravos, representando 19% do total de habitantes.<sup>8</sup> Mas a presença africana já havia se mostrado ainda mais significativa no censo de 1835, onde a população escrava representava 29% da população catarinense, conforme enfatizou Beatriz Gallotti Mamigonian. Esse maior número se deu por conta dos contratos de armações de caça às baleias no litoral catarinense, onde a mão-de-obra de escravos foi muito utilizada. Porém números não nos contam sobre a vida destes homens e mulheres, seus motivos para deixar o cativeiro em busca de uma liberdade cheia de medos e incertezas.

Antes mesmo de se infiltrar nos meandros das fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina, é importante salientar que esta não era a única forma de reivindicação dos escravos. O suicídio também foi recorrente, configurando como um ato de resistência individual, como recurso último para escapar dos maus tratos no qual conviviam. O suicídio também trazia uma simbologia entre os africanos de origem do tronco lingüístico banto (atuais Congo, Angola e Moçambique), que acreditavam em um retorno a África através da Kalunga<sup>9</sup> o que não ocorria entre os cativos originários da África Ocidental, conhecidos como nagôs ou yorubás, que o utilizavam apenas como uma fuga definitiva. Jackson Ferreira aponta um número de 231 casos de suicídio (167

---

<sup>7</sup> PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC, 1975, p.18-19.

<sup>8</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000, p. 125.

<sup>9</sup> Seria uma linha divisória que separava o mundo dos vivos e dos mortos, portanto atravessá-la significa morrer, se a pessoa vinha da vida, ou renascer, se o movimento fosse contrário. Para saber mais ver em SLENES, Robert W. Op. cit..



escravos e 64 de escravas) entre 1850 e 1880 em Salvador.<sup>10</sup> Aqui em Desterro, Oswaldo Rodrigues Cabral elenca algumas destas *últimas tentativas* dos escravos locais em fugir definitivamente de seus cativeiros, porém não nos traz dados sobre a quantidade, tampouco a periodização de casos de suicídio entre a população escrava. Segundo o autor, que também utilizou periódicos em suas pesquisas, as formas mais comuns de suicídio e tentativa de destes, foram o enforcamento e o afogamento. Publicado no jornal *O Argos* de 18/09/1866:

[...] um suicídio singular [...] foi o de um escravo de Nicolau Izeto. Estava com o crânio desfeito por uma explosão, mas perto não havia arma de fogo, sendo provável que tivesse enchido a boca de pólvora e ateado fogo, hipóteses aventada por um jornal.<sup>11</sup>

Tomados por um desespero completo, o suicídio também fazia parte da realidade desumana desta população, que via neste ato extremo a última solução para escapar dos maus tratos ou para, simbolicamente, voltar para sua terra de origem.

O período pesquisado neste artigo é posterior à Lei Eusébio de Queiroz, e durante os dez anos seguintes, a entrada ilegal de africanos no território brasileiro fora oficialmente abolida. Nos atemos em analisar as relações sociais, bem como o pequeno *mundo da escravidão* na Ilha de Santa Catarina, de escravos mais arraigados à realidade local, muito provavelmente com uma relativa rede de amizades e a provável existência de laços familiares, em um tempo onde, como enfatiza Mary Del Priore e Renato Venâncio, este *infame comércio* caminhava para sua extinção. Porém, o tráfico interprovincial continuava a persistir<sup>12</sup>.

É importante deixar claro que concomitantes às fugas vinham os possíveis riscos e obstáculos, tais como: a vigilância da sociedade alertada pelos anúncios em jornais locais; as ameaças de castigos; a dificuldade de manter-se fugido ao procurar abrigo e alimentação; e a possibilidade de recaptura pela temida presença do capitão-do-mato, o qual podia tirar-lhes a vida sem que fosse imputado o crime. Como bem afirma Martha

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Jackson André da Silva. Desta para melhor: o suicídio de escravos como uma tentativa de voltar para casa. In: FIGUEIREDO, Luciano (org) *Coleção Revista de História no Bolso* (A Era da Escravidão). Rio de Janeiro: Sabin, 2009. p. 14.

<sup>11</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: memória*. v. II, Florianópolis: 1972, p. 136.

<sup>12</sup> DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 139-140.



Rebelatto “a maioria dos escravos no Brasil não fugiu de seu cativo, ou então o sistema teria entrado em colapso”<sup>13</sup>. Ainda com tantos empecilhos, a fuga de escravos representava um grande problema para os proprietários e para as autoridades locais, que através de medidas repressivas buscaram evitar os crimes cometidos pelos fugitivos, além do próprio encorajamento para fugas de outros escravos.

Márcia Amantino ao pesquisar as condições de saúde dos escravos fugidos anunciados no *Jornal do Comércio* (RJ) no ano de 1850, onde levantou o número de 1047 anúncios desta natureza, pode notar que assim como *O Argos*, estas publicações possuíam a seguinte estrutura, quase que padronizada: nome dos escravos, dados característicos que facilitassem o seu reconhecimento, onde viviam, o nome de seus proprietários e eventualmente o valor da recompensa oferecida. É dentro desta estrutura que a pesquisa se permeia, buscando descobrir quem eram estes escravos, tentando encontrar vestígios entre os poucos dados que os anúncios trazem.<sup>14</sup> Algo que faça transparecer nas entrelinhas como se estabeleciam às relações sociais e familiares, seus valores, como agiam na conquista de sua liberdade ao arriscarem, muitas vezes a própria vida, ao fugir de seus cativos.

Analisando um total de 43 anúncios de fuga de escravos no período entre 1856 e 1860 nota-se que apenas 3 deles se tratavam de fugas de escravas. Um destes anúncios que foi publicado em março de 1860, tratava-se da escrava Eva propriedade do Dr. Portela (médico): o anúncio deixa claro que a escrava fugida levava consigo “uma trouxa de roupa, e alguma de criança”<sup>15</sup>. Pode-se explicar este número reduzido de escravas fugidas, primeiramente porque as mulheres representavam a minoria entre os escravos sendo 46% da população de escravos no ano de 1859, como afirma Rebelatto<sup>16</sup>, além de como mencionei anteriormente, a possibilidade de laços familiares apresentavam mais riscos para estas mulheres, “pois pesava para estas a maior responsabilidade no tocante aos filhos”.<sup>17</sup> É provável que muitas destas escravas optassem por não arriscar seus filhos expondo-os a falta de comida, abrigo e higiene. No caso da escrava Eva prevaleceu o desejo pela fuga, como esta levava consigo roupas

---

<sup>13</sup> REBELATTO, Martha. *Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. Revista Afro-Ásia, n. 36, 2007, p. 81.

<sup>14</sup> AMANTINO, Márcia. *As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850*. Revista História, Ciências e Saúde: RJ, v.14, n.4, p. 137-9.

<sup>15</sup> Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, *O Argos*, n. 563, 6/03/1860.

<sup>16</sup> REBELATTO, op. cit., p. 104.

<sup>17</sup> Idem.



de criança, porém o anúncio não menciona se a escrava havia fugido acompanhada. Pode-se inferir que possivelmente Eva iria à busca de alguma criança, podendo ser seu filho ou ainda outra criança de sua rede social ou familiar.

Voltando ao caso do jovem marinheiro Luiz, quando o seu proprietário José Maria do Valle reclamou sua ausência, a fuga que utilizava a rota marítima como destino não era incomum nesta região. As possibilidades que as embarcações, muitas vezes carentes de tripulação, ofereciam para os cativos eram mais uma esperança de escapar definitivamente do cativeiro. Segundo Martha Rebelatto, “a Ilha de Santa Catarina oferecia essa possibilidade de fuga aos cativos por sua situação geográfica e pela existência de porto movimentado.”<sup>18</sup> A mesma autora afirma havia um agravante para os senhores neste tipo de fuga: os gastos para recapturar o escravo poderiam ser significativos. Além dos gastos com os anúncios e o prejuízo por sua ausência no trabalho, ainda havia a possibilidade do senhor ter que contratar um advogado para provar que o escravo era realmente seu. Isso ocorria quando os fujões, que se apresentavam como livres, ingressavam na Marinha Nacional, a qual durante muito tempo tinha dificuldade em obter voluntários. O alistamento não era só uma possibilidade de liberdade para o escravo como também uma forma de obter uma renda, já que receberia um soldo mensal. Mas a Marinha Nacional não foi à única que recebeu escravos fugidos da Ilha de Santa Catarina. Os barcos de pesca norte-americanos que circulavam no litoral catarinense quando a caça a baleia era permitida em todo litoral brasileiro também receberam escravos a bordo. Com a idéia de abandonar o cativeiro definitivamente, a saída pelo mar tornou-se uma rota alternativa na tentativa de mudar a vida destes homens e mulheres.

---

<sup>18</sup> REBELATTO, Martha. *Uma saída pelo mar: rotas marítimas de fuga escrava em Santa Catarina no século XIX*. Revista de Ciências Humanas: Florianópolis, EDUFSC, n. 40, Out/2006. p. 426.





Jornal *O Argos*, 12/12/1856

Muito embora a Ilha tivesse condições para receber o comércio de escravos, no que diz respeito ao porto natural favorável para receber navios de grande porte, os escravos provinham de outros mercados como o Rio de Janeiro, o qual possuía um porto significativamente muito mais intenso que o de Desterro. Aliás, a população escrava na então capital do Brasil era de 110.000 indivíduos o que totalizava 41,3% do total da população local, conforme Luiz Felipe Alencastro. O mesmo autor ainda enfatiza que no primeiro recenseamento nacional, feito em 1872, a população de escravos era de 9.915.000 indivíduos representando 15,2% do total da população nacional.<sup>19</sup> Pode-se notar, portanto que Desterro não estava longe da média nacional e por alguns períodos esteve acima deste número, mesmo que se leve em consideração que o ano do recenseamento já se apontava para a abolição da escravidão brasileira.

Voltando às origens destes escravos, independente de serem provenientes de outros mercados internos, o que se pode notar nos anúncios do *Jornal O Argos* é que boa parte deles trazem a origem como forma de identificação: no total são 19 anúncios que trazem este tipo de informação e destes 9 se referem a escravos crioulos ou pardos, os demais seriam fula, benguela, congo e mina. Este último pertencente ao grupo sudanês, os demais pertencem ao grupo banto. Cabral já notava que “com o passar dos anos, o número de africanos diminuiu, devido à cessação do tráfico, aumentando o de crioulos, negros já nascidos no país.”<sup>20</sup>

<sup>19</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. A Escravidão no Brasil. *Revista Aventuras na História*. Ed. 70, maio/2009. p. 38.

<sup>20</sup> CABRAL, op.cit., p. 88.



No que diz respeito à identificação dos escravos e escravas nos anúncios, nota-se que além de seus nomes e características físicas como altura, a presença ou não de barba, estrutura do corpo, tom da pele, percebe-se as cicatrizes pelo corpo como uma das formas de identificação. O caso do crioulo Jacob que tinha no “braço direito uma espécie de mamilo proveniente de uma queimadura”<sup>21</sup> ou ainda o escravo Zacarias, que havia fugido da região de Porto Alegre (RS) e seu dono Sr. Serafim José de Fraga buscava seu paradeiro em Desterro, o cativo apresentava “[...] em ambos os pulsos, pela parte de dentro, umas cicatrizes de queimaduras [...]”<sup>22</sup>. O que fica evidente é que a prática de castigos, que foi legalmente proibida apenas em outubro de 1886, ainda estava presente nas últimas décadas antes da abolição.

Uma frase é bastante recorrente nestes anúncios: “Protesta-se com todo rigor da lei, a quem o tiver açoitado”, ela demonstra que a prática de açoitar escravos de outros proprietários não era incomum, tanto em Desterro quanto no Rio de Janeiro conforme também percebeu Amantino ao pesquisar o *Jornal do Comércio*, o que possivelmente deveria ocorrer também em outras cidades brasileiras. Além disso, esta preocupação por parte dos proprietários pode demonstrar que as idéias abolicionistas estivessem tomando corpo na consciência da sociedade em geral ou ainda “é possível que a frase fosse um alerta a pessoas que, para obter mão-de-obra mais barata, empregavam escravos fugidos como se fossem livres.”<sup>23</sup>

Para fugir é preciso se ter em mente um destino e isso não é diferente quando se fala em escravos. Salvo aqueles que, como mencionei anteriormente, tiveram o mar como destino, alguns incertos embarcando em navios estrangeiros e outros ingressando na Marinha do Brasil, os demais tiveram que buscar algum local para se refugiar em terra e naturalmente e o que vem em mente são os quilombos. É claro que um jornal conservador não mencionaria este tipo de local, representante máximo da reivindicação escrava no Brasil. Mas acredito ser relevante mencioná-los, como um dos primeiros indícios encontrado em 1787 na região do atual município de Angelina. Tem-se notícia de que houve escravos aquilombados na Lagoa da Conceição no ano de 1822. Havia reclamação por parte da população local da presença de negros que realizavam furtos e saques na localidade. Este tipo de informação é, segundo Rebelatto, muito recorrente

---

<sup>21</sup> Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, *O Argos*, n. 577, 24/04/1860.

<sup>22</sup> Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, *O Argos*, n. 110, 27/01/1857.

<sup>23</sup> AMANTINO, op. cit.



nos documentos policiais da época, que se referiam ao quilombo como “corporações ilícitas”. Em tempo, ainda segundo a autora, para que o ajuntamento fosse definido como quilombo era necessário uma estrutura mínima: “ranchos, negros, armas, ferramentas, panelas, pilão”.<sup>24</sup>

Fugir não significa somente buscar por liberdade, aliás, termo bastante subjetivo este. Fugir é também contar com o incerto, com riscos. Muito distante do escravo “coisificado” pela lei e infelizmente por alguns autores, estes homens e mulheres que formavam a força motriz da economia nacional, sabiam dos riscos que corriam e foram sujeitos históricos em um local onde apesar da ênfase dada à cultura açoriana também se fizeram presentes dentro da sociedade.

Muitos pontos além das poucas escravas fugidas como a Eva, Joanna e Antonia, das rotas de fuga como a do marinheiro Luiz, das marcas que o sistema escravista deixou na pele desta população, vários outros fatores ainda podem ser buscados nestas fontes, este primeiro filtro entre o historiador e o passado como ensina Marc Bloch. Poder-se-ia ter retirado muito mais destes anúncios, talvez por falta de espaço não possa seguir em tal empreitada. Mas o que fica evidente é o real desejo destes cativos em não se manter em cativeiro, embora somente uma parcela reduzida tenha fugido de fato. Resta saber se o medo pelos riscos que a fuga traria eram maiores que o próprio desejo de não permanecerem mais naquelas condições.

Na pesquisa, podemos observar o modo como se deram as relações sociais e familiares entre estes indivíduos e, além disto, como se deram as diversas formas de resistência contra o sistema escravista. Isso pode contribuir para que não se abandone a percepção de que o escravo “coisificado” pela historiografia não caberá mais aos atuais e futuros estudos da escravidão no Brasil, pois a imagem de um sistema escravista rachado entre opressores e oprimidos ficou, enfim, para trás.

Fontes

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Jornal *O Argos* 15/02/1856 n. 14 (anúncio se repete em 19/02/1856)

Jornal *O Argos* 27/06/1856 n. 51 (anúncio se repete em 01/07/1856 e 04/07/1856)

---

<sup>24</sup> REBELATTO, Martha. *Fugas e quilombos...*, op. cit.



- Jornal *O Argos* 12/12/1856 n. 98
- Jornal *O Argos* 19/12/1856 n. 100
- Jornal *O Argos* 27/01/1857 n. 110
- Jornal *O Argos* 17/02/1857 n. 116
- Jornal *O Argos* 23/06/1857 n. 151
- Jornal *O Argos* 12/09/1857 n. 184 (anúncio se repete em 15/09/1857 e 17/09/1857)
- Jornal *O Argos* 13/05/1858 n. 283
- Jornal *O Argos* 15/06/1858n. 299 (anúncio se repete em 17/06/1858)
- Jornal *O Argos* 11/09/1858 n. 337
- Jornal *O Argos* 26/10/1858 n. 356 (anúncio se repete em 28/10/1858 e 04/11/1858)
- Jornal *O Argos* 18/11/1858 n. 366 (anúncio se repete em 20/11/1858 e 30/11/1858)
- Jornal *O Argos* 03/02/1859 n. 399
- Jornal *O Argos* 17/03/1859 n 426 (anúncio se repete em 19/03/1859)
- Jornal *O Argos* 31/05/1859 n. 447 (anúncio se repete em 02/06/1859, 04/06/1859 e 07/06/1859)
- Jornal *O Argos* 19/07/1859 n. 468
- Jornal *O Argos* 06/10/1859 n. 501 (anúncio se repete em 08/10/1859 e 11/11/1859)
- Jornal *O Argos* 13/10/1859 n. 504 (anúncio se repete em 15/10/1859 e 18/10/1859)
- Jornal *O Argos* 06/03/1860 n. 563
- Jornal *O Argos* 24/04/1860 n. 577 (anúncio se repete em 24/04/1860)
- Jornal *O Argos* 01/05/1860 n. 579
- Jornal *O Argos* 05/05/1860 n. 580
- Jornal *O Argos* 04/08/1860 n. 606 (anúncio se repete em 07/08/1860)

#### Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. A Escravidão no Brasil. *Revista Aventuras na História*. ed. 70, maio/2009. p. 38.



AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no Jornal do Comércio (RJ) em 1850. *Revista História, Ciências e Saúde: RJ*, v. 14, n. 4.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: memória*. v. II, Florianópolis: 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Negros em Florianópolis: experiências de população de origem africana em Florianópolis, 1860-1888*. (Tese de Doutorado) PUC/São Paulo, 2004.

DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FERREIRA, Jackson André da Silva. Desta para melhor: o suicídio de escravos como uma tentativa de voltar para casa. In: FIGUEIREDO, Luciano (org) *Coleção Revista de História no Bolso (A Era da Escravidão)*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009. p. 13-19.

LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados de trabalho no século XIX*. Topoi, v. 6, n. 11, jul-dez. 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850) In: FRAGOSO, João... [et al.] (org). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. Páginas 609-643.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.

PEDRO, Joana Maria [et. Alii]. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. São Paulo: Resenha Universitaria, 1975.

REBELATTO, Martha. *Fugas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX*. *Revista Afro-Ásia*, n. 36, 2007.

REBELATTO, Martha. *Uma saída pelo mar: rotas marítimas de fuga escrava em Santa Catarina no século XIX*. *Revista de Ciências Humanas: Florianópolis*, EDUFSC, n. 40, Out/2006.

SLENES, Robert W. *Malungu, ngnoma vem! África coberta e descoberta do Brasil*. *Revista USP*, n. 12, dez/jan/fev 1991-1992.

